

A fome que o negacionismo ainda alimenta



» FRANCISCO MENEZES
Economista, ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e colaborador da ActionAid no Brasil

» JORGE O. ROMANO
Doutor em ciências sociais, professor da UFRRJ e assessor estratégico da ActionAid

O relatório *O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo*, recém-divulgado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e outras quatro agências da ONU, informa que o Brasil, no triênio 2023-2025, manteve-se fora do Mapa da Fome. Isso se dá em uma conjuntura internacional muito desfavorável com os efeitos de guerras, eventos climáticos extremos e outros fatores que impactam o mercado mundial de alimentos. O mesmo estudo revela que, no Brasil, 9% da população estava na condição de insegurança alimentar moderada, que se dá quando o acesso regular a alimentos adequados é comprometido, enquanto no triênio de 2020-22 o índice foi de 13,6%. E a insegurança alimentar severa — que ocorre quando a pessoa fica sem alimentos, passa um dia inteiro sem comer ou convive com episódios frequentes de fome por falta de recursos — caiu acentuadamente para 0,6%, contra os 8,5% registrados entre 2020-22. Ressalte-se o significado desse resultado, obtido em um curto espaço de tempo. Diante desse

feito, impõe-se uma pergunta: o que será necessário para que o Brasil permaneça fora do Mapa da Fome em um futuro ameaçado por diversos negacionismos?

O país alcançou esse marco com a retomada, desde 2023, de políticas públicas de eficácia comprovada. A combinação de políticas de acesso aos alimentos com a melhoria da renda da população mais vulnerável, ao lado de programas de segurança alimentar e nutricional, permitiu que o país saísse de um quadro tenebroso. Essas iniciativas se encontram hoje abrigadas no Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, que logrou avanços significativos em sua estruturação nos últimos anos e tem como seus pilares a participação social e a articulação de ações entre União, estados e municípios.

O Brasil fora do Mapa da Fome representa uma conquista histórica. Porém, a sustentabilidade desse quadro será cada vez mais condicionada aos efeitos crescentes da crise climática. Fenômenos como o El Niño tendem a intensificar secas, enchentes e outros eventos extremos, comprometendo a produção agrícola, especialmente da agricultura familiar, com redução da oferta de alimentos, pressão sobre os preços e ampliação das desigualdades territoriais e sociais. Como consequência, milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade podem voltar a enfrentar dificuldades de acesso à alimentação adequada — em quantidade e qualidade —, colocando em risco os avanços alcançados na redução da fome e da insegurança alimentar.

Esse cenário é agravado pelo negacionismo climático, que se contrapõe à capacidade de antecipar, prevenir e responder aos impactos da mudança do clima por meio de políticas

públicas de adaptação, fortalecimento da agricultura familiar, promoção da agroecologia, gestão sustentável dos recursos naturais e proteção social. Assim, a permanência do Brasil fora do Mapa da Fome também dependerá da adaptação climática como eixo estratégico do desenvolvimento. Combater a crise climática e enfrentar o negacionismo tornam-se, portanto, condições indispensáveis para garantir a resiliência dos sistemas alimentares e assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Há ainda a se considerar a necessidade da transição do atual sistema alimentar — cuja oferta traz índices elevados de contaminação e alimentação não saudável — para um modelo que garanta o direito humano à alimentação adequada e saudável. O país apresenta avanços, possuindo finalmente uma política nacional de abastecimento voltada para esse objetivo. Mas o relatório da FAO mostrou que o custo de uma dieta saudável vem aumentando ao longo dos anos, chegando em 2025 a 4,9 dólares por pessoa, em um dia, o que comprova a urgência de agilizar esse processo.

O Brasil já aprendeu sobre o custo dos retrocessos experimentados anteriormente, também marcados por outros tipos de negacionismos. Seguir em frente para consolidar a saída definitiva do Mapa da Fome depende de enfrentar as causas estruturais que produzem e reproduzem a pobreza e a insegurança alimentar. Por isso, cabe reconhecer que as desigualdades econômicas, sociais, raciais, de gênero, territoriais e ambientais são dimensões interdependentes de um mesmo desafio, e que somente políticas públicas capazes de transformá-las poderão garantir que o direito humano à alimentação adequada e saudável seja efetivamente universal e permanente.



Quando a Terceira Guerra do Golfo adquire uma lógica regional



» GUNTHER RUDZIT
Professor de relações internacionais da ESPM/SP e professor convidado da Universidade da Força Aérea (Unifa)

A Terceira Guerra do Golfo começou em meio à desconstrução da ordem internacional pelos Estados Unidos. A ação militar na Venezuela reafirmou a disposição de Washington de substituir regras e instituições pelo emprego direto da força. Pouco depois, Estados Unidos e Israel atacaram o Irã supondo que a superioridade tecnológica produziria uma guerra rápida. O cálculo mostrou-se equivocado. A superpotência continua capaz de destruir instalações e eliminar lideranças, mas não de transformar supremacia militar em solução política. O poder americano não desapareceu; encontrou seu limite.

Foi esse impasse que tornou possível o Memorando de Entendimento entre Washington e Teerã. Os dois lados precisavam interromper uma guerra que nenhum conseguia encerrar. O documento prorrogou o cessar-fogo por 60 dias e adiou os temas decisivos: o programa nuclear iraniano, as sanções e a segurança de Ormuz. Produziu uma pausa operacional, não uma arquitetura de paz. Quando os combates recomeçaram, as condições políticas continuavam intactas, mas a geografia estratégica da guerra começava a mudar.

O conflito sempre teve dimensão regional. A frente libanesa, os houthis no Mar Vermelho e as

milícias apoiadas por Teerã no Iraque e na Síria impediam que fosse descrito como estritamente bilateral. A novidade não é o surgimento de novos teatros, mas o grau de integração entre eles. Frentes antes parcialmente compartimentadas começam a formar um único sistema estratégico.

O ataque com drones que danificou dois navios-tanque em águas egípcias, próximo ao porto de Damietta, expõe essa transformação. Ninguém reivindicou a ação e não há evidência de ameaça direta ao Canal de Suez. Ainda assim, o episódio levou empresas e seguradoras a reavaliar uma rota que ganhara importância porque Ormuz e Bab el-Mandeb se tornaram perigosos. A guerra passa a pressionar os corredores que ligam o Golfo, o Mar Vermelho e o Mediterrâneo.

Fontes ouvidas pela Reuters afirmam também que combatentes houthis participaram, em coordenação com milícias iraquianas e sob supervisão iraniana, de ataques contra a Arábia Saudita lançados a partir do Iraque. Bagdá investiga as acusações, que devem ser tratadas com cautela. Se confirmadas, elas revelam mais do que outra frente: combatentes, tecnologia e capacidade de ataque estariam circulando entre organizações do Eixo da Resistência. O Iraque deixaria de ser apenas área de influência para tornar-se plataforma operacional contra o Golfo.

A pressão iraniana sobre Bulgária e Chipre amplia esse espaço. Teerã advertiu que países que permitirem o uso de bases por forças americanas poderão enfrentar consequências.

É nesse contexto que a Arábia Saudita tenta assumir um papel novo. Riad apresentou uma força marítima multinacional para proteger o Mar Vermelho, Bab el-Mandeb e o Golfo de Áden, com apoio de países como Egito, Turquia e Paquistão.

Em setembro de 2025, sauditas e paquistaneses assinaram um acordo de defesa mútua que trata uma agressão a um como agressão a ambos.

O movimento não é apenas militar. Estados Unidos e Arábia Saudita concluíram um acordo de cooperação nuclear civil, sujeito à revisão do Congresso, para construir reatores com tecnologia americana. O texto abre espaço para atividades sensíveis, como enriquecimento e reprocessamento, sem todas as salvaguardas mais rígidas defendidas por críticos da proliferação. Trump condicionou seu avanço à adesão saudita aos Acordos de Abraão. Ainda assim, a proposta revela uma convergência estratégica: Washington oferece respaldo tecnológico e político, enquanto Riad procura ampliar sua autonomia e equilibrar o poder iraniano.

A Arábia Saudita já não busca apenas proteção dos Estados Unidos. Procura organizar uma coalizão, proteger suas exportações e impedir que o Irã continue definindo a agenda regional por meio de redes descentralizadas. Dois modelos de poder passam a competir: a projeção iraniana por milícias e parceiros armados e a tentativa saudita, respaldada por Washington, de construir uma liderança estatal, tecnológica e multinacional.

A Terceira Guerra do Golfo, portanto, não está apenas se espalhando. Ela está adquirindo uma lógica propriamente regional. A integração entre frentes, alianças e corredores marítimos transforma conflitos paralelos em um sistema de guerra. O maior risco é a formação de uma ordem regional definida pela militarização permanente — justamente quando a potência que iniciou a escalada demonstra poder para ampliar a guerra, mas não para encerrá-la.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Saudades do filósofo de Mondubim

Ser filósofo, hoje, é um ato de resistência. Num mundo polarizado, ruidoso e saturado de opiniões instantâneas, o exercício do pensamento filosófico tornou-se uma atividade quase subversiva. A reflexão, que exige silêncio, tempo e profundidade, parece incompatível com a velocidade dos dias modernos e com a superficialidade que domina o debate público. O filósofo contemporâneo, portanto, encontra-se numa encruzilhada: se cede à pressão ideológica, perde sua autonomia; se se isola completamente, corre o risco de ser ignorado.

A filosofia, desde suas origens, sempre foi uma arte de desconfiar, de duvidar das verdades prontas e de questionar o que parece evidente. O verdadeiro filósofo não busca aplauso nem pertencimento: busca a verdade, mesmo que ela doa, mesmo que ela o condene ao silêncio ou ao exílio moral. O Brasil, em sua breve tradição filosófica, conheceu pensadores que enfrentaram esse desafio.

Benedito Nunes, por exemplo, soube pensar a partir da Amazônia, elaborando uma filosofia enraizada na realidade brasileira, mas aberta ao diálogo universal. Gerd Bornheim, com sua crítica à alienação estética e política, mostrou como o pensamento pode ser ferramenta de libertação. Vilém Flusser, em seu exílio, antecipou as transformações tecnológicas e o poder das imagens na formação da consciência contemporânea, um pensador à frente de seu tempo, que jamais se deixou capturar por dogmas. Há também o exemplo de Marilena Chauí, que, embora marcada por sua proximidade com a vida política, sempre defendeu a autonomia da filosofia como espaço de crítica e não de propaganda. Rubem Alves, filósofo-poeta, mostrou que pensar é também um ato de amor e coragem: pensar é desobedecer suavemente, é abrir janelas num mundo de muros.

Esses nomes, tão distintos, têm algo em comum: não se deixaram prender pela moda intelectual ou pela conveniência política. Em tempos em que a filosofia é tratada como ornamento acadêmico ou mero discurso moral, lembrar-se da coragem desses pensadores é um gesto de lucidez. O verdadeiro filósofo, como um eremita do pensamento, vive no limite entre o isolamento e o engajamento, entre o silêncio e a palavra. Ele fala ao mundo sem ser do mundo. A filosofia continua sendo indispensável. É ela que ensina o homem a compreender a si mesmo, a reconhecer seus limites e a transformar a realidade sem ser tragado por ela.

Em meio ao barulho das redes, à fragmentação das verdades e ao domínio das emoções sobre a razão, o pensamento filosófico é o último reduto da liberdade interior. Que o filósofo, mesmo solitário, continue a ser o guardião da lucidez humana, esse bem raro e essencial, sem o qual a civilização se torna apenas um reflexo das próprias sombras.

A relação entre filosofia e política é antiga, profunda e, ao mesmo tempo, marcada por tensões inevitáveis. Se a filosofia é o espaço do pensamento e da reflexão, a política é o espaço da ação, e uma não sobrevive sem a outra. A filosofia, ao longo da história, ofereceu à política os fundamentos éticos e racionais para o exercício do poder. Foi ela que ensinou que governar não é apenas administrar, mas buscar o bem comum.

Platão imaginou o governante ideal como o “rei-filósofo”, aquele capaz de enxergar além das aparências e conduzir o povo pela luz da razão. Aristóteles, por sua vez, mostrou que a política é uma extensão da ética: o homem é um ser político porque só se realiza plenamente na vida coletiva. Mas, se a filosofia oferece à política o senso de justiça, a política devolve à filosofia a experiência concreta do real. É no confronto com as desigualdades, com as paixões humanas e com os conflitos de poder que o pensamento filosófico é testado. Sem o contato com a vida pública, a filosofia corre o risco de se tornar estéril, confinada à torre de marfim das universidades. Essa troca é vital: a política precisa da filosofia para não se transformar em puro pragmatismo, e a filosofia precisa da política para não se perder em abstrações.

No Brasil, pensadores como Miguel Reale procuraram unir esses dois campos, desenvolvendo uma filosofia do direito e da sociedade fundada na ideia de pessoa e de valor. Paulo Arantes e Marilena Chauí, cada um à sua maneira, refletem sobre como o pensamento crítico pode revelar as contradições da vida política e social. E, antes deles, Alceu Amoroso Lima já advertia que toda política sem base filosófica tende ao despotismo ou à demagogia.

Em última instância, a filosofia dá à política a bússola moral; a política dá à filosofia o chão da realidade. Ambas se educam mutuamente, e é nesse diálogo tenso, mas fecundo, que a humanidade encontra o caminho da sabedoria e da liberdade.

» A frase que foi pronunciada

“A liberdade é o único objetivo que vale a pena na vida. Ela é conquistada ao ignorarmos as coisas que estão além do nosso controle.”

Epicteto

» História de Brasília

Jogar futebol na Itália, na França, no Congo ou na China não acarreta a perda da nacionalidade. Mas, se um brasileiro, voluntariamente, sem nenhuma coação de país estrangeiro pratica um ato, qualquer que seja, demonstrando a sua preferência por outra nacionalidade, está dando causa expressa para que seja declarada a perda da sua nacionalidade brasileira. (Publicada em 25/5/1962)